

SEGUNDO O “VICE” DA EDUCAÇÃO: Alunas acatam proibição de uso de saias curtas

01 Abril 2016



O VICE-MINISTRO da Educação e Desenvolvimento Humano, Armindo Ngunga, disse ontem em Nampula que a proibição do uso de saias curtas nas escolas já está sendo acatada pelas alunas em algumas escolas.

Referiu, no entanto, que o cumprimento integral da medida exige o compromisso dos pais e encarregados de educação enquanto componentes principais do processo de mudança de mentalidade da sociedade para a protecção da rapariga.

Armindo Ngunga, que chegou ontem a Nampula para uma visita de trabalho de quatro dias visando avaliar o desempenho do seu sector a nível daquela província, destacou que a proibição do uso de saias curtas nas escolas é uma medida que o Governo acarinha e que se vai manter.

“A escola é um local de aprendizagem e de transmissão de valores. Como ministério assumimos a nossa responsabilidade para que as crianças adquiram os valores que são

necessários para o seu crescimento saudável e que asseguram uma educação e moral para as gerações vindouras”, vincou Armindo Ngunga.

Sublinhou que a escola não é um local em que cada aluno e cada pai e encarregado de educação fazem o que querem e como querem, aludindo ao facto de haver regras sobre como deve ser a convivência naquele local que, como referiu, é de aprendizagem e de transmissão de valores.

Os modelos de apresentação na escola por parte dos alunos já estão fixados e devem ser do conhecimento da comunidade escolar que levantou esta questão, segundo o governante.

“O pai e encarregado de educação que não estão a fazer o seu papel para garantir o respeito das regras de indumentária na escola devem acordar e juntarem-se aos esforços do Governo como fiscalizadores do cumprimento das medidas”, sublinhou Ngunga.

Sobre a contratação de professores, Armindo Ngunga destacou que o Governo faz o seu melhor para garantir que haja docentes em todo o país, mas que tudo é feito em função da disponibilidade de recursos financeiros para garantir o pagamento de salários e remunerações a que têm direito.

Anualmente, segundo o governante, as necessidades de docentes para cobrir os ensinos Primário e Secundário Geral no sistema nacional rondam os 170 mil efectivos. Neste momento, o número de professores em exercício é de cerca de 130 mil, o que revela um défice de 40 mil.

Com os processos infalíveis de substituição por vários motivos, entre os quais doença, invalidez, reforma, têm sido operadas contratações através das instituições vocacionadas de formação de docentes que funcionam no país. Este processo vai continuar a ser assim até que o país atinja a estabilidade financeira para contratar os efectivos de docentes de que necessita, explicou Armindo Ngunga.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/main/53254-segundo-o-vice-da-educacao-alunas-acatam-proibicao-de-uso-de-saias-curtas>